

CEDI

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : J1

CLASS. : 18

DATA : 4 3 89

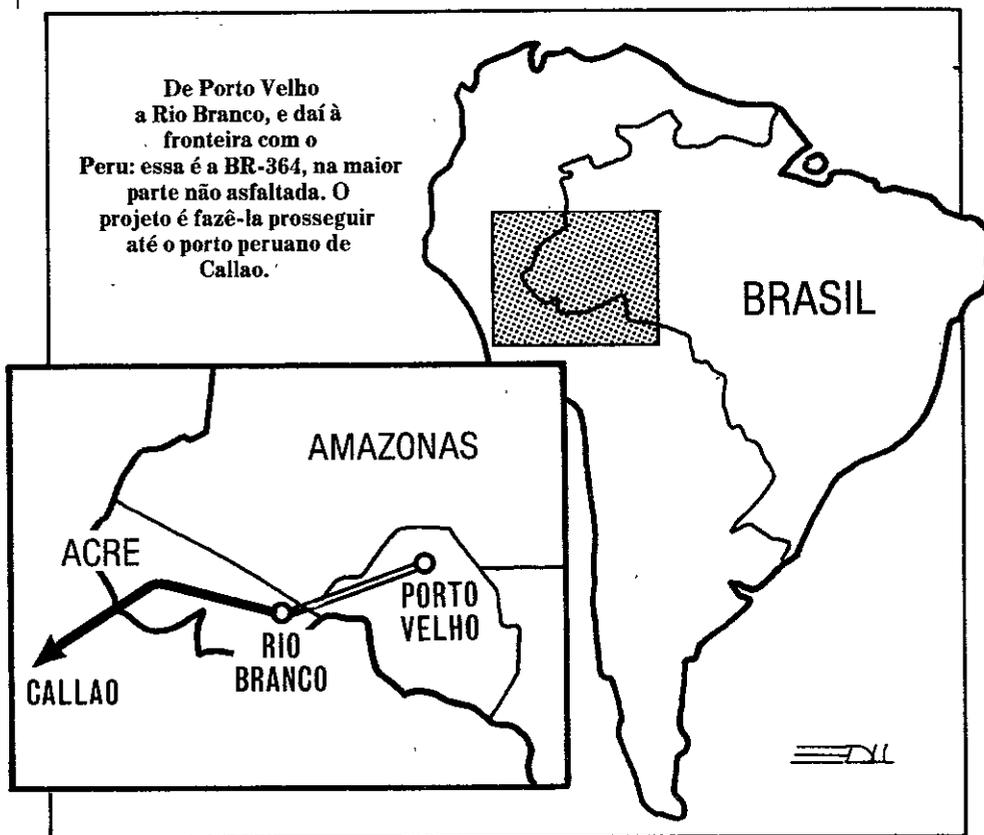
PG. : 10

Ambiente

A crítica à proposta de internacionalização da Amazônia foi dura. Para ele, Europa e EUA são os verdadeiros depredadores

Devastação:

Sarney culpa países ricos.



O projeto da discórdia
 O projeto de construção da BR-364 provocou uma polêmica internacional, envolvendo os Estados Unidos, o Japão e o Brasil. Os norte-americanos protestam contra a destruição de parte da floresta amazônica; os japoneses — que emprestariam US\$ 300 milhões para o governo do Acre desenvolver a obra — só querem encurtar a distância da América Latina, pois é o maior importador de madeira do mundo, e com a estrada estaria mais próximo do maior depósito de madeira do mundo; os brasileiros questionam a ingerência política estrangeira, resistindo à internacionalização da Amazônia.
 Enquanto ecologistas e parlamentares norte-americanos levantam uma onda de protesto, o presidente Sarney lidera a reação brasileira, demonstrando disposição para defender com mão de ferro a construção da estrada. A justificativa de Sarney é de que o Brasil não permitirá interferência estrangeira em suas decisões. O presidente brasileiro diz que a estrada ligará Cuiabá a Rio Branco, com recursos do BID. Hoje, um representante japonês visitará a obra; e o financiamento do BID está suspenso desde 1987.

O Japão garante aos EUA: não financiará a BR-364.

O Japão garantiu aos Estados Unidos que não emprestará dinheiro (US\$ 300 milhões) para o Brasil terminar a construção da BR-364, embora o cônsul-geral japonês em Manaus, Teruo Okada, já esteja no Acre, onde hoje visitará as obras (veja texto ao lado).

O senador Robert Kasten, de Wisconsin (EUA), assegurou ontem que o embaixador japonês nos Estados Unidos, Nobuo Matsunaga, reafirmou que seus país não liberará nenhum financiamento para a estrada.

O senador disse que as pressões norte-americanas contribuíram para convencer o Japão a não liberar o empréstimo: "Eu disse ao embaixador que controlaremos este projeto muito de perto, porque queremos garantir que se respeite as regras básicas de proteção ao meio ambiente", afirmou o senador, lembrando que "esse projeto não foi aprovado, nos últimos anos, por não apresentar nenhuma proteção ao meio ambiente".

Kasten é um dos republicanos mais

antigos do Subcomitê de Operações Internacionais, que tem jurisdição sobre os fundos norte-americanos e até de bancos multilaterais de desenvolvimento. O Japão é uma das principais fontes de fundos para o desenvolvimento: "O apoio japonês à proteção do meio ambiente, como condição prévia à assistência financeira, é imperativo para nossos esforços de proteção do meio ambiente mundial", esclareceu Kasten, ressaltando que o Japão tem a responsabilidade de não ajudar nenhum projeto que altere o meio ambiente.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : JT

CLASS. : 18

DATA : 4 3 89

PG. : 17
continua

... São os países desenvolvidos, e não o Brasil, que devem explicações pela depredação do meio ambiente, afirmou ontem, no Suriname, o presidente José Sarney, ao fazer a mais dura crítica à proposta de internacionalização da Amazônia, que, na sua opinião, ganhou corpo no Congresso dos Estados Unidos a partir de pronunciamentos de alguns parlamentares que visitaram as florestas brasileiras. Conforme relato de Bartolomeu Rodrigues, enviado especial da Agência Estado, Sarney disse que não irá à reunião de presidentes na Holanda, para discutir o assunto (em seu lugar vai o chanceler interino Paulo Tarso Flecha de Lima) e pela primeira vez apontou os focos de pressão contra o governo brasileiro. São eles, pela ordem:

... Congresso Norte-Americano — A partir de uma comitiva de parlamentares que visitou o País no final do ano passado, de acordo com o presidente, começou uma campanha, que virou moda em todo o mundo, colocando o Brasil como país depredador de suas matas, particularmente da Amazônia, de modo a comprometer o meio ambiente em todo o mundo. O governo considera tal ponto de vista uma provocação, e contra-atacou ontem, na entrevista coletiva concedida a jornalistas brasileiros e surinamenses: "Os países desenvolvidos têm muito mais explicações a dar sobre a poluição atmosférica do que os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos", afirmou.

Holanda — Nem mesmo o país que vai sediar a reunião com os presidentes da França e Noruega, no dia 11, foi poupado. Sarney lembrou que muito recentemente o governo holandês tentou enviar para o Suriname, sua antiga colônia na América do Sul, restos de lixo industrial. Não conseguiu porque houve resistência, mas o Suriname acabou sofrendo pressões de vários tipos. Conforme fontes do Itamaraty, a reunião a ser realizada em Haia pode se transformar num jogo "de cartas marcadas", mas o Brasil pagaria um preço "alto demais" se ficasse ausente. A reunião vai tratar também da camada de ozônio e do efeito estufa. A solução foi enviar o ministro interino das Relações Exteriores com a recomendação de somente assinar documentos que se destinem a tratar de cooperação para preservar o meio ambiente, e não que estabeleçam mecanismo de afronta à soberania nacional. Esta é a condição.

Projeto Jari e Fordlândia — Esses dois projetos, desenvolvidos por empresas multinacionais a partir da década passada no Pará, foram citados por Sarney como demonstrações claras do tratamento predatório e de desrespeito à natureza dispensadas por estrangeiros que resolveram explorar a selva amazônica. O Jari, do milionário Daniel Ludwig, e a Fordlândia, da Fundação Ford, redundaram em desastres ecológicos sem precedentes.

Na opinião do empresário Emílio Odebrecht, da Construtora Norberto Odebrecht, que integrou a comitiva presidencial, as pressões internacionais, principalmente dos Estados Unidos, escondem na verdade o receio de alguns países industrializados de o Brasil se tornar mais competitivo nos mercados orientais a partir da ligação, por estrada, com o Pacífico. A rodovia que está sendo construída no Acre, segundo ele, motivou uma onda de protestos porque sabe-se que, depois dela, a construção de um porto na costa do Peru criará um corredor para as exportações brasileiras. Mesmo com custo alto, os 110 quilômetros que restam de rodovia serão construídos, disse ele, fundamentado em garantias do governo brasileiro.

O único momento tenso da visita de Sarney ao Suriname ocorreu quando uma repórter do jornal **De Ware Tyd**, de língua holandesa, quis saber por que o ex-ditador Desiré Bouterse mereceu tanta atenção do governo, a ponto de ser recebido para uma audiência privada na suíte presidencial do Hotel Tolarika. Sarney procurou uma resposta diplomática: disse que as Forças Armadas desempenham um papel importante na transição democrática de qualquer país, como mantenedoras da ordem, e teria sido esta a mensagem a Bouterse (o ex-ditador ocupa o cargo de comandante das Forças Armadas).

À tarde, o presidente Sarney e sua mulher, da Marly, deixaram o Suriname e foram para Georgetown, na Guiana, onde devem permanecer até o início da tarde de hoje. O objetivo, nesse país, é estabelecer um acordo na área de energia, além de abertura de uma nova linha de financiamento no valor de US\$ 10 milhões. Segundo o ministro das Minas e Energia, Vicente Fialho, que acompanha Sarney, o Brasil deverá fornecer dois geradores, com capacidade de 5,4 mil Kw cada, para evitar um blecaute no precário sistema de fornecimento de energia guianense.

Ao Pé do Rádio

O presidente José Sarney voltou a denunciar ontem em seu programa radiofônico a existência de interesses internacionais que pretendem "criar uma tutela sobre nosso território" e acusou os países desenvolvidos, que "têm muito mais a desculpar-se e tomar providências sobre a preservação da vida na Terra do que cobrar".

No **Conversa ao Pé do Rádio** o presidente disse que "nós somos donos de nosso destino e não admitimos, sob qualquer pretexto, nenhuma interferência externa."

E o cônsul japonês está no Acre para ver a estrada

Um esperado visitante está no Acre para percorrer, hoje, um trecho da estrada BR-364, que ligará o Brasil ao Peru, encurtando a distância da América Latina ao Japão, pelo oceano Pacífico. Daí a presença do cônsul-geral japonês em Manaus, Teruo Okada. O financiamento do projeto seria concedido pelo Japão — US\$ 300 milhões.

Okada nada falou à imprensa, porém, evitou abordagens sobre o assunto, que se transformou em polêmica internacional. Mas informou às pessoas com quem conversou que o Japão quer deixar claro que, ao contrário do que se tem divulgado, não existe nenhum projeto sobre a pavimentação da rodovia, apresentado formalmente perante o governo ou instituições privadas de seu país.

Na realidade, o cônsul — que sobrevoará a estrada impraticável de Rio Branco até Sena Madureira — enfrentará num jipe do Mirad um trecho de poucos quilômetros, até Manuel Urbano, uma estrada de lama, com algumas partes tomadas pela floresta que corta.

Como candidato a governador, Flaviano Melo percorreu de ônibus 678 quilômetros da estrada (a distância de Rio Branco até Mâncio Lima, município no ponto mais ocidental do Brasil), ouvindo dos seringueiros, fazendeiros e habitantes das cidades pedidos para pavimentá-la. Em novembro de 1987, Flaviano Melo participou de assembleia da Organização Internacional de Madeiras Tropicais — ITTO — entidade com sede em Yokoama, no Japão; lá ele propôs que o governo japonês financiasse a pavimentação da rodovia — hoje transitável apenas durante dois meses por ano, e mesmo assim com dificuldades.

Porém, desde 1987, o empréstimo para a pavimentação da BR-364 — ainda no trecho Porto Velho (Rondonia) até Rio Branco (Acre), vital para a integração do Acre com o resto do País e hoje em estado precário — teve seu desembolso suspenso pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), por causa do atraso no plano de proteção ambiental a ser executado pelo governo federal paralelamente à pavimentação da rodovia.

Acredita-se que seja possível avançar com a estrada de Rio Branco até Mâncio Lima e depois até o Peru, precisamente ao porto de Callao, na costa do Pacífico. O argumento técnico fundamental para a expansão da estrada é o de se abrir um corredor comercial com os mercados da Ásia, Oriente Médio, África e costa oeste dos Estados Unidos para a exportação de grãos do Centro-Sul e matérias-primas e manufaturas da região amazônica.

Zoneamento Ecológico

A matriz ideológica para o estabelecimento de um zoneamento agroecológico, do plano de ocupação econômica e dos estudos de viabilidade da estrada, interligando o Acre ao Peru, é o Plano de Desenvolvimento financiado pela ITTO.

O zoneamento agroecológico e o plano de ocupação são os pontos mais polêmicos a partir da decisão de se pavimentar a estrada e ultrapassar a fronteira peruana. Basicamente serão criadas florestas estaduais, estações ecológicas e reservas extrativistas com o desenvolvimento de programas e fiscalização ambiental. As reservas extrativistas, por exemplo, compatibilizam — pelo plano — a proteção ambiental com o atendimento das necessidades de assistência social e de desenvolvimento econômico das populações.

Pela falta de um zoneamento agroecológico e de um plano de ocupação, a atividade pecuária tem criado na região graves problemas. O governo estadual pretende desestimular o desenvolvimento de fazendas em áreas, por exemplo, capacitadas para a coleta de castanha ou corte das seringueiras. O governo entende que a floresta tem sido explorada de forma predatória e agora a preocupação dos projetos é aproveitar até os resíduos.

Mas na América Latina são ainda poucas as áreas de "florestas manejadas" para a produção de madeira. No Brasil, as primeiras experiências foram realizadas na década de 50, em Curua-Una, no Pará, sob orientação da FAO. Posteriormente, a Sudam assumiu a condução dos experimentos. No final da década de 70 novas experiências com manejo florestal foram implantados no Pará, na Floresta Nacional do Tapajós, também com a colaboração da FAO e a condução do IBDF e Embrapa. O objetivo era produzir madeira de elevado valor comercial.

Hoje, em Rio Branco, os técnicos da Funtac acreditam que é vital incentivar o desenvolvimento da industrialização de florestas baseado na "produção permanente". Serrarias modernas, integradas com complexos industriais de silvicultura — envolvendo mecanismos de conversão de espécies e produzindo — podem ser suficientes para adequar-se à heterogeneidade de espécies da América Latina.